

STJ00101997

INGO WOLFGANG SARLET  
PAULO AFFONSO LEME MACHADO  
TIAGO FENSTERSEIFER



# CONSTITUIÇÃO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL COMENTADAS

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP  
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Direção editorial** Luiz Roberto Curia

**Gestão editorial** Thais de Camargo Rodrigues

**Assistência editorial** Deborah Caetano de Freitas Viadana

**Coordenação geral** Clarissa Boraschi Maria

**Preparação de originais** Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Luciana Carneira Shirakawa

**Arte e diagramação** Jessica Siqueira

**Revisão de provas** Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Paula Brita Araújo

**Serviços editoriais** Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Tiago Dela Rosa

**Capa** Casa de Ideias

**Produção gráfica** Marti Rampim

**Impressão** Ed.Loyola

**Acabamento** Ed.Loyola

ISBN 978-85-02-62647-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

**Sarlet, Ingo Wolfgang**

Constituição e legislação ambiental comentadas / Ingo  
Wolfgang Sarlet, Paulo Affonso Leme Machado, Tiago  
Fensterseifer. – São Paulo : Saraiva, 2015.

I. Brasil - Constituição (1988) 2. Direito ambiental  
- Legislação - Brasil I. Sarlet, Ingo Wolfgang. II. Machado,  
Paulo Affonso Leme. III. Fensterseifer, Tiago. IV. Título.

15-00940

CDU-34:502.7(81)(094.56)

Índice para catálogo sistemático:

I. Brasil : Leis comentadas : Direito ambiental :  
Legislação 34:502.7(81)(094.56)

**Data de fechamento da edição: 10-7-2015**

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio  
ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.  
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e  
punido pelo art. 184 do Código Penal.

139.961.001.001

## SUMÁRIO

<i>Sobre os autores</i> .....	5
<i>Abreviaturas</i> .....	11
<i>Nota dos autores</i> .....	19
<i>Introdução</i> – A evolução legislativa do direito ambiental brasileiro: da proteção fragmentária e instrumental dos recursos naturais ao reconhecimento da autonomia dos bens jurídicos ambientais (Lei n. 6.938/81) e do direito fundamental ao ambiente (CF/88) .....	21
<i>Tabela cronológica da evolução da legislação ambiental brasileira e dos principais fatos históricos relacionados à matéria</i> .....	27
<b>1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988</b> .....	<b>31</b>
1.1. Comentário geral.....	31
1.1.1. Constituições anteriores.....	32
1.2. Doutrina especializada .....	32
1.3. Comentários à legislação.....	35
<b>2. LEI DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (LEI N. 6.938/81, DE 31 DE AGOSTO DE 1981)</b> .....	<b>175</b>
2.1. Comentários gerais .....	175
2.1.1. Precedentes legislativos .....	179
2.1.1.1. O Decreto n. 73.030/73 e a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) no âmbito federal: o primeiro marco da “institucionalização” de uma política pública voltada à proteção ambiental .....	179
2.1.1.2. O Decreto-Lei n. 1.413/75 e o controle da poluição ambiental provocada pelas atividades industriais ..	182
2.1.1.3. O Decreto n. 79.437/77 e a incorporação no ordenamento nacional da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo (1969): o estabelecimento	

	de parâmetros legais para a caracterização da responsabilidade civil por danos ambientais .....	183
2.1.1.4.	A Lei n. 6.453/77 e a consagração da responsabilidade civil "objetiva" na hipótese de danos nucleares: o passo inicial rumo à consagração da natureza objetiva da responsabilidade civil ambiental.....	184
2.1.1.5.	A Lei n. 6.803/80 e a consagração do estudo de impacto ambiental na legislação brasileira.....	186
2.2.	Doutrina especializada .....	188
2.3.	Comentários à legislação.....	190
<b>3.</b>	<b>LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI N. 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985)</b>	<b>273</b>
3.1.	Comentário geral.....	273
3.1.1.	O Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) .....	277
3.2.	Doutrina especializada .....	278
3.3.	Comentários à legislação.....	280
<b>4.</b>	<b>LEI DOS AGROTÓXICOS (LEI N. 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989).....</b>	<b>333</b>
4.1.	Comentário geral.....	333
4.2.	Doutrina especializada .....	336
4.3.	Comentários à legislação.....	337
<b>5.</b>	<b>LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (LEI N. 9.433/97)</b>	<b>359</b>
5.1.	Comentário geral.....	359
5.1.1.	Precedentes legislativos .....	362
5.1.1.1.	O Código das Águas de 1934 e os primeiros "indícios" de uma preocupação com a poluição hídrica em defesa da saúde pública.....	362
5.1.1.2.	O Decreto n. 50.877/61 e a primeira definição legal de poluição.....	364
5.1.2.	A Lei n. 7.661/88 sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro .....	365
5.1.3.	A Lei da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007).....	367
5.2.	Doutrina especializada .....	368
5.3.	Comentários à legislação.....	369
5.4.	Principais resoluções do CONAMA sobre recursos hídricos .....	407

<b>6. LEI DOS CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS (LEI N. 9.605/98).....</b>	<b>409</b>
6.1. Comentário geral.....	409
6.2. Doutrina especializada .....	413
6.3. Comentários à legislação.....	414
<b>7. LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI N. 9.795/99) .</b>	<b>469</b>
7.1. Comentário geral.....	469
7.2. Doutrina especializada .....	470
7.3. Comentários à legislação.....	471
<b>8. LEI DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATU- REZA (LEI N. 9.985/2000).....</b>	<b>483</b>
8.1. Comentário geral.....	483
8.1.1. Precedentes legislativos .....	486
8.1.1.1. A Lei n. 6.902/81 e a criação de Estações Ecológi- cas e Áreas de Proteção Ambiental: no caminho da consolidação do regime jurídico das unidades de conservação .....	486
8.2. Doutrina especializada .....	488
8.3. Comentários à legislação.....	489
<b>9. CÓDIGO CIVIL DE 2002 (ART. 1.228, § 1º).....</b>	<b>539</b>
9.1. Comentário geral.....	539
9.1.1. Precedentes legislativos .....	541
9.1.1.1. O Estatuto da Terra de 1964 e os primeiros contor- nos ecológicos da função social da propriedade .....	541
9.1.2. O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) e a função ambien- tal da propriedade (e da posse) urbana.....	542
9.2. Doutrina especializada .....	545
9.3. Comentários à legislação.....	547
<b>10. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL (LEI N. 10.650/2003).....</b>	<b>555</b>
10.1. Comentário geral.....	555
10.1.1. A Lei de Acesso à Informação (12.527/2011).....	556
10.2. Doutrina especializada .....	559
10.3. Comentários à legislação.....	560
10.4. Principais resoluções do CONAMA sobre participação pública, edu- cação ambiental e acesso à informação ambiental.....	568

<b>11. LEI DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (LEI N. 12.187/2009).....</b>	<b>571</b>
11.1. Comentário geral.....	571
11.1.1. A Lei da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei n. 12.608/2012) e a questão dos <i>refugiados</i> ou <i>necessitados</i> em termos ecológicos (ou <i>socioambientais</i> ).....	575
11.2. Doutrina especializada .....	577
11.3. Comentários à legislação.....	578
11.4. Principais resoluções do CONAMA sobre poluição atmosférica .....	591
<b>12. LEI SOBRE COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL (LEI COMPLEMENTAR N. 140/2011) .....</b>	<b>595</b>
12.1. Comentário geral.....	595
12.2. Doutrina especializada .....	598
12.3. Comentários à legislação.....	599
12.4. Principais resoluções do CONAMA sobre licenciamento ambiental ..	631
<b>13. NOVA LEGISLAÇÃO FLORESTAL BRASILEIRA (LEI N. 12.651/2012, COM ALTERAÇÕES DA LEI N. 12.727/2012).....</b>	<b>635</b>
13.1. Comentário geral.....	635
13.1.1. Precedentes legislativos .....	644
13.1.1.1. O Código Florestal de 1934 e as primeiras limitações “conservacionistas” ao direito de propriedade (em prol do interesse comum) .....	644
13.1.1.2. O Código Florestal de 1965: o principal marco normativo do “conservacionismo” jurídico-ambiental brasileiro.....	647
13.1.2. A Lei da Mata Atlântica (Lei n. 11.428/2006).....	649
13.2. Doutrina especializada .....	651
13.3. Comentários à legislação.....	652
13.4. Principais resoluções do CONAMA sobre proteção florestal.....	748
<i>Tabela cronológica das principais resoluções do CONAMA.....</i>	<i>751</i>